

TERMOS DE USO E POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DE DADOS – ATUAL. MAI. 2024

A sociedade civil **VICTOR MARINS ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrada junto à Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 316, inscrita no CNPJ/MF nº 01.352.779/0001-77, com sede na Rua Mateus Leme, 1.725, Bom Retiro, Curitiba – Paraná, estabelece os **TERMOS DE USO e POLÍTICAS DE PRIVACIDADE** aplicáveis aos usuários de suas plataformas eletrônicas de conteúdo.

1. Aceite dos termos

1.1. Ao acessar a plataforma, o usuário deverá ler os presentes Termos e, se concordar com suas condições, manifestar seu consentimento expresso, espontâneo e orientado, selecionando o *checkbox* correspondente à opção "*Li e concordo com os Termos de Uso e Políticas de Privacidade*".

2. Definições dos Termos

2.1. Para os efeitos destes Termos de Uso e Políticas de Privacidade, será considerado:

- *escritório*: a sociedade civil Victor Marins Advogados Associados;
- *usuário*: pessoa natural que acessar os conteúdos compartilhados pelo escritório;
- *plataformas*: site de titularidade do escritório (victormarins.com.br) e seus perfis em redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*;
- *links de direcionamento*: atalhos para *websites* ou plataformas de titularidade de terceiros, que não estão sob a responsabilidade do escritório;
- *terceiros*: pessoa natural que acessar os conteúdos do escritório por intermédio do usuário.

3. Da legislação aplicável

3.1. São aplicáveis aos presentes Termos a legislação federal vigente, tal como a Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), Lei nº

12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

4. Do conteúdo

4.1. O conteúdo compartilhado nas plataformas do escritório terá caráter informativo, apenas para facilitar o acesso do usuário às informações e temas abordados por seus advogados, e não poderá ser equiparado a quaisquer tipos de orientações ou serviços de natureza jurídica.

4.2. Os conteúdos compartilhados nas plataformas são de propriedade do escritório ou a ele foram devidamente licenciados, devendo o usuário respeitar e cumprir todos os direitos autorais e de propriedade intelectual a eles inerentes.

4.3. O conteúdo publicado nas plataformas do escritório poderá conter *links* de direcionamento sem, contudo, significar endosso ou responsabilidade pelos conteúdos compartilhados nesses *websites* e/ou plataformas de terceiros.

5. Da responsabilidade do Usuário

5.1. O usuário terá responsabilidade exclusiva pela utilização dos conteúdos disponibilizados nas plataformas do escritório, que está isento de responsabilização perante o usuário e terceiros, por eventuais danos, patrimoniais ou morais, decorrentes da utilização inadequada dos conteúdos por ele compartilhados.

6. Da responsabilidade do Escritório

6.1. O escritório deve observar as leis federais vigentes, quanto ao armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados.

6.2. O escritório não se responsabiliza pelas opiniões de seus advogados, informações contidas em *links* aos quais faça referência, pela exclusão, falha de armazenamento ou falha de transmissão de qualquer de seus conteúdos.

6.3. O escritório não será responsabilizado por eventual limitação do uso e armazenamento de seus conteúdos e informações coletadas, quando em cumprimento de suas obrigações legais ou de ordens judiciais.

7. Das informações passíveis de coleta

7.1. O escritório coletará ou poderá coletar os seguintes dados pessoais:

- a)** nome, sobrenome, endereço eletrônico, informações profissionais e, quando necessário, números de documentos pessoais como CPF e RG, endereços residencial e profissional, telefone e data de nascimento;
- b)** endereço de IP e outras informações tecnológicas necessárias, que serão tratadas em conformidade com a legislação aplicável (Lei nº 12.965/2014); e,
- c)** *cookies* (apenas dados essenciais para otimizar o acesso às suas plataformas e para medir métricas de acesso), cuja coleta poderá ser ajustada pelo usuário nas configurações do seu navegador.

8. Das finalidades da coleta de dados

8.1. O escritório pode coletar, usar, transferir, armazenar ou processar os dados de seus usuários, em razão do consentimento, para cumprir suas obrigações legais ou atender aos seus direitos legítimos, sempre com estrita observância aos direitos do titular, nos termos da Lei nº 13.907/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

8.2. Os dados pessoais coletados podem ser utilizados, transferidos, armazenados ou processados para os seguintes fins: (i) viabilizar contato e relacionamento; (ii) enviar e-mails informativos; (iii) enviar mensagens de atendimento; e, (iv) elaborar relatórios.

8.3. As informações enviadas pelo usuário ao(s) endereço(s) eletrônico(s) indicado(s) nas plataformas do escritório não constituem, isoladamente, relação entre cliente e advogado e não implicam qualquer obrigação decorrente dessa espécie de relação.

8.4. O tratamento dos dados pessoais terminará – com a consequente exclusão desses dados, exceto nas hipóteses de custódia autorizadas pela legislação vigente – quando: i) alcançada a finalidade do tratamento; ii) finalizado o período de tratamento; iii) solicitado pelo próprio titular; e/ou iv) determinado pela autoridade nacional.

9. Políticas de privacidade

9.1. A política de privacidade do escritório garante que os dados do usuário não serão fornecidos, publicados ou comercializados em quaisquer circunstâncias, sem o prévio consentimento ou para finalidades distintas daquelas previstas neste documento.

9.2. Os dados pessoais coletados e enviados ao escritório são armazenados em banco seguro, com acesso restrito a pessoas previamente habilitadas, as quais são obrigadas a manter confidencialidade e não os utilizar inadequadamente.

9.3. O escritório utiliza sistemas em nuvem, por isso os dados pessoais poderão ser transferidos ao exterior, em especial para os Estados Unidos da América, que é o país *backup* para o armazenamento de dados do provedor de serviços, com quem a relação é regida por cláusulas específicas, cláusulas padrão e normas corporativas globais.

9.4. O escritório observará os direitos assegurados ao titular dos dados pessoais pelo art. 18 da Lei nº 13.907/2018, especialmente no que se refere às requisições de confirmação da existência do tratamento, acesso, correção e eliminação dos dados, que poderão ser pleiteadas a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação específica para o e-mail geral@victormarins.com.br.

9.5. Se o Usuário tiver dúvidas ou reclamações sobre as práticas de tratamento de dados adotadas pelo escritório, poderá manifestá-las mediante o envio de e-mail ao endereço indicado no item anterior.

10. Links ou redirecionamento

10.1. O conteúdo de terceiros, que não esteja sob controle do Escritório, não o torna corresponsável, mesmo que indicado ou acessado a partir de suas plataformas.

10.2. Os links de direcionamento compartilhados nos conteúdos do Escritório poderão ser eliminados a qualquer tempo, mesmo que sem aviso prévio.

10.3. O compartilhamento de websites de terceiros mediante *links* de direcionamento não importa em endosso do Escritório às pessoas, empresas, produtos ou serviços indicados, divulgados ou acessados através desses *websites*, que poderá divulgar este alerta em suas plataformas sempre que julgar necessário.

11. Atualizações

11.1. O escritório manterá uma versão atualizada destes Termos em seu domínio (victormarins.com.br) para consulta pelo Usuário, bem como poderá alterá-los, a qualquer tempo, objetivando seu aperfeiçoamento.

12. Do Foro competente

12.1. As controvérsias ou disputas referentes à interpretação, cumprimento ou qualquer outra matéria relativa a estes Termos de Uso e Política de Privacidade, serão submetidas ao Juízo do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, com a renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.